

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 12 de maio de 2025 - Ata n.º 37.

Aos doze dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Alexandre Curi**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Gugu Bueno** (1.º Secretário) e **Maria Victória** (2.ª Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **37.ª Sessão Ordinária da 3.ª Sessão Legislativa da 20.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a Sessão Ordinária desta segunda-feira. Consulto o 1.º Secretário se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Gugu Bueno – PSD): Boa tarde, Sr. Presidente. Temos sim. (Procedeu à leitura dos documentos protocolados no Expediente do dia.)

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 49/2025** da Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba, encaminhando resposta a requerimento de autoria do Deputado Renato Freitas; **Ofício n.º 56/2025** da Prefeitura Municipal de Curitiba, encaminhando resposta a requerimento de autoria do Deputado Ney Leprevost; **Ofícios n.ºs 60/2025, 62/2025, 50/2025 e 59/2025** da Secretaria Municipal de Defesa Social e Trânsito de Curitiba,

encaminhando resposta a requerimento de autoria do Deputado Ney Leprevost; **Ofício n.º 277/2025** da Secretaria Municipal de Urbanismo de Curitiba, encaminhando resposta a requerimento de autoria do Deputado Ney Leprevost; **Ofício n.º 311/2025** do Governo do Estado do Paraná, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 701/2023, que foi convertido na Lei n.º 22.401; **Ofício n.º 313/2025** do Governo do Estado do Paraná, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 722/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.405; **Ofício n.º 315/2025** do Governo do Estado do Paraná, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 621/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.403; **Ofício n.º 316/2025** do Governo do Estado do Paraná, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 128/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.400; **Ofício n.º 317/2025** do Governo do Estado do Paraná, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 105/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.399; **Ofício n.º 318/2025** do Governo do Estado do Paraná, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 226/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.398; **Ofício n.º 334/2025** do Tribunal de Contas do Estado Do Paraná, concedendo acesso a autos digitais referentes à homologação de recomendação a esta Casa Legislativa; **Ofício n.º 842/2025** do Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça, encaminhando Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 315 /2025**) que transfere o Município de Ivaí e o Distrito Judiciário de Bom Jardim do Sul da Comarca de Imbituva para a Comarca de Ipiranga; **Ofício n.º 901/2025** contendo o relatório de gestão de prestação de contas anual do serviço social autônomo Paracidade e fundo estadual do desenvolvimento urbano, referente ao exercício de 2024; **Ofício n.º 792/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento do Deputado Goura; **Ofício n.º 793/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento do Deputado Renato Freitas; **Ofício n.º 797/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento do Deputado Requião Filho; **Ofício n.º 801/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento da Deputada Luciana Rafagnin; **Ofício n.º 802/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento do Deputado Evandro Araújo; **Ofício n.º 803/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento do Deputado Requião Filho; **Ofício n.º 804/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a

requerimento do Deputado Batatinha; **Ofício n.º 805/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento do Deputado Luiz Claudio Romanelli; **Ofício n.º 807/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento do Deputado Ney Leprevost; **Ofício n.º 877/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento do Deputado Luiz Claudio Romanelli; **Ofício n.º 892/2025** da Casa Civil, encaminhando prestação de contas do exercício financeiro do Fundo de Desenvolvimento Econômico; **Ofício n.º 893/2025** da Casa Civil, encaminhando prestação de contas do exercício financeiro do Fundo de Equalização do Microcrédito; **Ofício n.º 894/2025** da Casa Civil, encaminhando prestação de contas do exercício financeiro do Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas do Paraná; **Ofício n.º 895/2025** da Casa Civil, encaminhando prestação de contas do exercício financeiro do Fundo de Inovação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Paraná; **Ofício n.º 896/2025** da Casa Civil, encaminhando prestação de contas do exercício financeiro do Fundo de Aval Garantidor das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Paraná; **Ofício n.º 897/2025** da Casa Civil, encaminhando prestação de contas do exercício financeiro do Fundo de Capital de Risco do Estado do Paraná; **Ofício n.º 898/2025** da Casa Civil, encaminhando prestação de contas do exercício financeiro do Fundo para o Desenvolvimento de Projetos de Infraestrutura; **Ofício n.º 899/2025** da Casa Civil, encaminhando prestação de contas do exercício financeiro do Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Estado do Paraná; **Ofício n.º 900/2025** da Casa Civil, encaminhando prestação de contas do exercício financeiro da Agência de Fomento do Paraná.

Era o que tínhamos, Sr. Deputado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Passamos ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Tito Barichello. Esta Presidência agradece a visita dos acadêmicos da Coordenação do Núcleo de Prática Jurídica do Centro Universitário Curitiba, UniCuritiba, acompanhados pela Professora Luciane Maria Trippia. Obrigado pela presença. Com a palavra o Deputado Tito Barichello, no Pequeno Expediente.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELO (UNIÃO): Quero inicialmente cumprimentar o Ex.^{mo} Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Cumprimento o Líder do Governo, cumprimento o Líder da Oposição, cumprimento você que me assiste através da *TV Assembleia*. Cumprimento os alunos da UniCuritiba, onde tive a honra de fazer uma especialização em Direito Criminal, posteriormente também tive a honra de fazer Mestrado na UniCuritiba – formei-me em Direito aqui na Universidade Federal do Paraná – e é uma das melhores faculdades do Brasil, aqui da nossa cidade, da nossa terra, da nossa gente. Meus parabéns! Se tiverem um tempo, já os convido para visitarem o gabinete do Delegado Xerifão, no oitavo andar, serão muito bem-vindos. Quero cumprimentar o Sindicato dos Vigilantes de Curitiba e Região; cumprimento o Presidente, João Soares, o Vice-Presidente, Paulo Sérgio Gomes, e o Secretário de Assuntos Parlamentares, Eliseu Ruivo. Cumprimento também meu filho, que mandou mensagem agora há pouco, Sr. Líder do Governo, Hussein Bakri, que está me assistindo através da *TV Assembleia*, meu filho Marco Antônio Guzella Barichello. Um beijo no coração, meu filhinho. Estamos juntos. Utilizo a palavra, Sr. Presidente, inicialmente, para ofertar título de menção honrosa, que já entreguei em meu gabinete, para Cristian Rafael da Silva Fernandes Medeiros, que está aqui presente, o Soldado Medeiros, que no mês de março estava no Balneário Shangrilá, aqui no nosso Litoral, nadando – não estava a trabalho, porque não é salva-vidas –, quando uma pessoa, Sr. Líder do Governo, começou a se afogar. Ele, imediatamente, foi ao encontro dessa pessoa que estava perdendo a vida, arriscando a sua própria vida, porque qualquer pessoa que tem o mínimo de conhecimento a respeito de natação sabe o risco de morte efetiva que ele correu. Sem estrutura, sem apoio, sem helicóptero, foi ao encontro dessa vítima que estava se afogando. Não era uma pessoa franzina, não, era uma pessoa com quase 1,90 metro de altura. O soldado Medeiros foi lá, arriscou a sua vida e salvou a vida dessa pessoa. Vivemos hoje no Brasil, Soldado Medeiros, uma inversão de valores do certo, do errado, do bom, do mau. Devemos honrar aqueles que merecem ser honrados. Devemos parabenizar aqueles que merecem ser parabenizados. Por isso, esta menção honrosa é o mínimo perto daquilo que

você fez para a sociedade e do exemplo que você deu a todos nós. Parabéns, Soldado Medeiros. Você tem o respeito da sociedade paranaense e do Deputado Delegado Xerifão. Utilizo também a palavra hoje para tratar da questão dos vigilantes. Os vigilantes, como é de conhecimento de todos, fazem sim uma atividade de segurança pública. Fazem sim, ao contrário do que dizem os críticos, porque o Estado não é onisciente, não é onipresente. Temos uma Polícia Militar, uma boa Polícia Civil, uma boa Polícia Científica, uma boa Polícia Penal, mas a iniciativa privada é obrigada a agir. Como age a iniciativa privada, Sr. Líder do Governo? A iniciativa privada age contratando vigilantes para fazer frente também à criminalidade. Isso é normal, apesar da boa estrutura que temos na nossa Polícia. Por isso, temos os nossos vigilantes. E os nossos vigilantes pleiteiam o quê? Entre muitas questões, o porte de arma, por quê? Não têm eles o direito, senhores, de portar arma no seu cotidiano, no seu dia a dia. Trabalham efetivamente em segurança pública, porque o Estado não é onipresente, não é onisciente, mas, quando saem de lá, o que acontece? Não podem possuir uma arma de fogo. Então, estou acompanhando um Projeto de Lei que tramita no Congresso Nacional. Tenho conversado com diversos Deputados Federais, porque, infelizmente, não é a nossa competência legislar aqui sobre Direito Penal. Mas é uma pauta do Delegado Xerifão, Deputado Estadual, em Brasília, nas visitas que faço, o porte de arma para vigilantes. Isso é imprescindível para a nossa sociedade, porque hoje quem porta arma são duas classes de pessoas: primeiro, policiais; segundo,... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Um minuto para concluir, Deputado.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELO (UNIÃO): Vou usar o Horário da Liderança, Sr.^a Presidente. Quem pode possuir uma arma de fogo? Policiais e bandidos. Isso mesmo, bandidos, porque os bandidos continuam armados. A Lei n.º 10.826 ou os Decretos Federais não dizem nada para os criminosos, porque eles não seguem a lei. Quem segue a lei é o cidadão de bem, é o cidadão honesto. Este Governo desarmou quem? Bandido? Não. Desarmou o CAC,

caçador, colecionador, atirador. Infelizmente, os vigilantes hoje não possuem a possibilidade de utilizar uma arma de fogo quando estão fora da sua atividade. Isso é vergonhoso para a nossa sociedade. Chega de hipocrisia! Temos, como já disse antes, que honrar aqueles que merecem honra. Temos que buscar resolver os problemas da sociedade. Quem estudou o mínimo de criminologia sabe que existe o controle formal, dado pelo Estado, e existe o controle informal, que vem da sociedade. O controle formal, através das instituições, – Ministério Público, Polícia Militar, Civil, Penal, Científica – e o controle informal, através da sociedade. Os vigilantes fazem, sim, um trabalho imprescindível. Então, estamos trabalhando em Brasília. Hoje esse Projeto de Lei, infelizmente, está parado, está na CCJ. Vejo muita dificuldade para o trâmite no Congresso Nacional no atual Governo. Mas, com a mudança do Governo que virá, sem dúvida alguma, no próximo pleito eleitoral, em 2026, quando um Presidente da República de direita tomará a chefia do Poder Executivo, poderemos sim levar adiante o porte de arma para vigilantes, da mesma forma que o porte de arma para advogados, que estamos trabalhando lá em Brasília. Vocês, vigilantes, contem com o meu apoio, porque o meu apoio a vocês advém do trabalho que vocês fazem em prol da sociedade, pela segurança que vocês levam, em virtude da inanição do Estado. Faço a *mea culpa*, porque, como Delegado, como Policial, sei que não podemos resolver todos os problemas e precisamos, sim, da iniciativa privada. A iniciativa privada, através dos vigilantes, é imprescindível para a nossa sociedade. Inclusive, nos próximos dias, vou a Brasília conversar com Deputados Federais a respeito desse projeto do porte de arma para vigilantes. Como já disse, infelizmente, neste Governo está difícil tramitar, está difícil ele seguir o seu caminho natural, mas no próximo Governo sem dúvida alguma vamos aprovar esse porte de arma para vigilantes no Congresso Nacional – na Câmara Federal e no Senado Federal. Vocês, vigilantes, contem comigo. E novamente mando um abraço ao meu filho querido e amado, que está assistindo ao papai agora na *TV Assembleia*. Estamos juntos pessoal e, como sempre digo, lugar de bandido é na cadeia.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador: Deputado Dr. Leônidas.

DEPUTADO DR. LEÔNIDAS (CDN): Boa tarde a todos. Boa tarde à nossa Presidente Flávia Franceschini, a toda a Mesa Diretiva, aos Deputados aqui presentes e a todos aqueles que nos acompanham. Hoje ocupo esta tribuna com a alegria de poder parabenizar toda a classe profissional da enfermagem neste Dia Internacional da Enfermagem. Eu que sou cirurgião sei muito bem da importância dessa categoria profissional, não individualmente apenas, todos nós que já precisamos de um atendimento sabemos o quanto a enfermagem é fundamental em todo o ecossistema da saúde, mas também no aspecto gerencial da saúde, principalmente na saúde pública. O modelo assistencial médico-centrista tem se mostrado um equívoco, então, é muito importante que nós, pessoas públicas, demos total apoio à categoria da enfermagem, principalmente naquilo que falamos de valorização profissional. A enfermagem tem procurado o seu espaço, mas nem sempre as reivindicações são atendidas adequadamente, ainda há muita dificuldade na implantação da totalidade do piso salarial da enfermagem, e essa é uma luta de todos nós. É tão importante a enfermagem para a saúde pública que temos visto quantos enfermeiros têm ocupado cargos administrativos, seja nas Secretarias de Saúde, seja em gestão de unidades de assistência, urgência, emergência. E aqui vou citar algumas pessoas: quero mandar um grande abraço para a minha amiga enfermeira Andréia Vilar, Secretária de Saúde em Paranavaí, e não poderia deixar de falar também da minha esposa Simone Baggio, ex-diretora da unidade de pronto atendimento de Paranavaí; pessoas que são exemplares para o bom funcionamento da saúde e de todo o atendimento à enfermagem. Então aqui os meus parabéns a todos os enfermeiros, contem sempre conosco, contem com esta Casa para defender as causas de vocês, que são a causa de toda a população paranaense, pois somente com a valorização do profissional da enfermagem vamos ter mais saúde para todos. Outro tema que quero trazer aqui é que Paranavaí recentemente – a região Noroeste – teve reconhecido o polo de segurança hídrica da região Noroeste do Paraná. Isso o Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, em um programa bastante interessante, tem dado muito apoio para a região Noroeste do Paraná para que haja de fato água em abundância para o produtor rural. Já há um

programa no Estado do Paraná chamado *Irriga Paraná*, que em agosto do ano passado foi lançado lá em Paranavaí pelo então Secretário Natalino Avance, e que agora foi fortalecido com a presença do nosso Secretário da Agricultura, Marcio Nunes. Esse é um tema que não pode deixar de estar presente em todos os nossos debates. Água é um problema e temos que ser muito cuidadosos. E a irrigação é a solução. O Estado do Paraná dá o exemplo se adiantando nesse problema que temos, apresentando soluções. Então, dessa forma, quero trazer aqui o meu agradecimento ao Governador Ratinho Junior, ao Ex-Secretário da Agricultura, Natalino Avance, e ao Secretário atual, Marcio Nunes, que fazem um belíssimo trabalho, estão sempre presentes na região Noroeste, atentos à questão da crise hídrica, mas dando soluções, condições de financiamento, para que o nosso produtor tenha condições de adquirir todo o equipamento necessário para melhorar a irrigação e, assim, melhorar a produtividade neste Estado, que leva muito a sério a questão da produção agropecuária. A região Noroeste do Paraná depende diretamente disso e agora o Ministério da Integração definitivamente aponta a região Noroeste como um polo para todas as suas ações, fazendo ainda mais investimentos naquela região, nesta área. Assim, vamos ter condições de resolver esse problema que realmente é uma preocupação, já que é uma preocupação com desertificação... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Um minuto para concluir, Deputado.

DEPUTADO DR. LEÔNIDAS (CDN): ... Há uma preocupação muito séria com a desertificação do Noroeste, e dessa forma reverteremos esse quadro, melhorando o trato da terra e o maior cuidado com a água. Isso vai mudar os resultados, vai aumentar a produção, gerar mais emprego e renda e dar mais segurança para todos os produtores rurais. Então, fica aqui o meu agradecimento ao Governador Ratinho Junior e ao Secretário Marcio Nunes, além do Ex-Secretário Natalino Avance. Muito obrigado a todos.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador: Deputado Renato Freitas.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Infelizmente, no nosso País, não é novidade quando nos deparamos com notícias de que o Poder Público, representado pelo Executivo, pelo Legislativo, pelo Judiciário e pelas outras instituições correlatas, rouba merenda de criança, aposentadoria dos idosos, direitos dos trabalhadores. E agora veio à tona esse caso do INSS, um rombo bilionário – mais de R\$ 6 bilhões – e um Governo empurra para o outro. Ora, vejamos então onde nasceu esse esquema de corrupção. Uma senhora aposentada, de Feira de Santana, na Bahia, percebeu o desconto ilegal quando recebeu o seu valor de aposentadoria, foi até a Polícia Federal, foi até o Ministério Público Federal, procurou todas as instâncias, porque sabia que aquilo era um crime e que não era isolado. Ela, portanto, não era a única vítima. E descobriu-se que a entidade, a associação de aposentados e pensionistas que retirava esse dinheiro dela – que subtraía, que furtava esse dinheiro dela – não era da Bahia, era de Sergipe. E a Polícia investigou e percebeu que aquela associação foi constituída em cima de documentos falsos, assinaturas falsas, tais quais as dos associados, que em tese permitiam o desconto em folha, mas era uma mentira, porque nunca houve essa anuência dos supostos associados. E essa associação do Sergipe foi a única? Não. Dezenas e dezenas de outras associações. Renato, quando começou? Quando foi que o poder político deu o direito para que essas dezenas de associações pudessem descontar na fonte, na folha de pagamento esses valores? Em 2016, durante o Governo golpista de Michel Temer. Sim, aquele Governo que retirou os direitos trabalhistas, que aumentou o tempo de contribuição para que o trabalhador conseguisse se aposentar, que privatizou tudo o que estava ao seu alcance, dividiu o cofre público com todas as forças golpistas do momento e preparou o terreno para que esse esquema de corrupção entornasse, ganhasse musculatura nos outros anos. Quais anos, Renato? Dois mil e dezenove. Os anos que começam exponencialmente a aumentar esse desconto indevido foi justamente o primeiro ano do Governo Bolsonaro – 2019, seguiu em 2020, seguiu em 2021, em 2022, em 2023,... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Para concluir, Deputado. Um minuto.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): ... já durante o Governo PT, e em 2024 teve seu auge, ainda durante o Governo do Presidente Lula. Por isso o Ministro do INSS – na verdade o Ministro da Previdência –, Carlos Lupi, Presidente Nacional do Partido Democrático Trabalhista, do PDT, foi afastado pelo Lula. O Presidente do INSS, Alessandro Stefanutto, também foi afastado pelo Presidente Lula. Cinco pessoas dessa associação de Sergipe foram presas pela Polícia Federal. E a investigação que encerrou esse processo de corrupção bilionária veio pela Controladoria-Geral da União, sob o Governo Lula. Essas são as informações que temos, para não cair em uma briga de torcida... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Para não cair em uma briga de torcida e, infelizmente, colocar um véu, uma cortina de fumaça da ignorância e a gente mesmo não querer entender o processo de corrupção, porque cada um quer defender o seu time... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Para concluir.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Isso é a falência da democracia, quando as pessoas perdem a capacidade de crítica, de avaliação da realidade. E é a essa realidade que chamo a todos.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador: Deputado Bazana. Quero dar as boas-vindas aos Vereadores de Boa Esperança do Iguaçu, Sr.^s Leonardo Biavati, Eder Jean, Tiago Dreves e Guilherme Mainardes, a pedido do Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO BAZANA (PSD): Bem, boa tarde, Presidente Flávia Francischini, Gugu Bueno, nossa querida Maria Victoria, Deputados e Deputadas. Hoje é com

tristeza que venho a esta tribuna, venho aqui representando nossas famílias e pessoas com deficiência intelectual e múltipla de todo o Estado. Peço a atenção de todos os nossos Deputados, porque realmente é um assunto muito importante. É com o coração, mas com o coração cheio de esperança e, acima de tudo, com muita responsabilidade sobre uma questão que afeta diretamente o direito à educação de qualidade de milhares de pessoas com deficiência intelectual moderada e grave, Presidente Flávia Francischini. É a ADI 7796, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, nossa Presidente Flávia Francischini. Uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. Essa Ação Direta de Inconstitucionalidade questiona os dispositivos que foram aprovados nesta Casa, questionando a legitimidade da Lei n.º 17.656/2013, “todos iguais pela educação”, e do Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná, a Lei n.º 18.419/2015. Essas leis garantem a existência e o funcionamento das escolas especializadas, espaços essenciais para uma inclusão responsável e o desenvolvimento dos nossos estudantes. Essas escolas representam muito mais do que uma simples instituição de ensino que compõem o sistema do ensino inclusivo, elas desenvolvem um trabalho de grande relevância e dignidade na inclusão social, oportunizando para as nossas famílias paranaenses um ambiente especializado, afetuoso e, acima de tudo, inclusivo, conforme a singularidade de cada estudante atendido ali. A ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade 7796, ao questionar a constitucionalidade dessas escolas, coloca em risco o direito à educação inclusiva e um direito fundamental garantido pela nossa Constituição. Importante mencionar que todos os dispositivos federais, especialmente a nossa Constituição, com a Convenção Internacional, trazem o alicerce para o funcionamento de um sistema educacional inclusivo, perpassando por todas as estratégias e adaptações necessárias para o acesso à educação do estudante com deficiência, admitindo, inclusive, o atendimento desses estudantes em ambientes especializados, o que é o caso das escolas de educação básica na modalidade educação especial. Senhora Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, todos temos como missão defender a inclusão responsável, a diversidade e os direitos humanos. Nosso compromisso é com a sociedade mais justa, mais solidária e mais humana. Conto com o apoio desta

Casa e também com a preocupação e ameaça frente ao trabalho de grande relevância feito em nosso Estado pelas escolas especializadas. Hoje o Estado do Paraná promove uma das maiores inclusões da pessoa com deficiência intelectual e múltipla, atendendo a todos os nossos alunos de uma forma com dignidade e respeito. Tenho que agradecer o nosso Governador Ratinho Junior, agradecer o Secretário de Educação, Roni Miranda, agradecer o nosso Presidente da Casa, Alexandre Curi, e todos os demais Deputados. Essas duas ações são contra o Estado do Paraná e contra a Assembleia Legislativa, tirando o direito da escola especializada no Estado do Paraná. Por isso venho aqui pedir a todos os Deputados e Deputadas Estaduais, Federais e aos nossos Senadores que nos ajudem a mostrar que realmente o Paraná faz a verdadeira inclusão social, que o Estado do Paraná tem escolas especializadas preparadas para atender esses mais de 50 mil alunos. Muitos e muitos alunos, antes de ter as escolas especializadas, muitas vezes nem iam para as escolas, ficavam nas suas casas, e hoje estamos trabalhando com escolas realmente preparadas. Então, mais uma vez, clamo aos nossos Deputados, clamo ao nosso Governo do Estado e a todos os demais que nos ajudem nesta caminhada. Vamos manter juntos as escolas especializadas... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Um minuto para concluir, Deputado.

DEPUTADO BAZANA (PSD): Vamos juntos manter as escolas especializadas do Estado do Paraná. Um forte abraço. Obrigado, Deputada Flávia Francischini e todos os demais Deputados.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador: Deputado Ricardo Arruda. Anuncio também a presença do Vereador de Ponta Grossa, Sr. Paulo Balansin, a pedido do Deputado Hussein Bakri. Seja muito bem-vindo a esta Casa de Leis.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhora Presidente, colegas Deputados, Deputadas e todos que acompanham aqui esta Sessão Plenária. Primeiramente,

só para fazer um contraponto na tentativa do Deputado Renato Freitas de defender este escandaloso e corrupto Governo Lula, sabemos que não é de hoje que este Governo se mete em corrupção. Não é de hoje! Esse Presidente já foi preso por isso, foi investigado, julgado, condenado; aí teve pena aumentada, ficou um bom tempo preso e não devia ter saído de lá, porque a corrupção que esse homem fez no Brasil é algo realmente incalculável. Se pegarmos só do Mensalão ou do Petrolão, já vão mais de R\$ 100 bilhões. E agora, apenas do INSS, já temos R\$ 90 bi, podendo chegar a R\$ 230 bilhões ou mais. Aí eles querem justificar que não, que o Governo Lula está apurando. Não! O Governo Lula não apurou nada! Teve milhões de aposentados que entraram com advogado reclamando que estavam tirando dinheiro da conta sem justificativa; aí a primeira instância do Judiciário começou a recorrer ao Ministério Público. Se não tivesse isso, até hoje estariam roubando! Eles não fizeram nada para combater o crime. O Ministro Lupi foi avisado mais de um ano antes e não fez nada! Zero! E lembrando que as fraudes começaram em 2016, no Governo Dilma. Vocês lembram que o Paulo Bernardo foi preso por desvio de dinheiro de aposentados, junto com a sua então, na época, esposa, a “Amante”, a “Coxa” ou a Gleisi – chamem do nome que quiser, esses codinomes que ela tem, que não fui eu que dei, foi a Odebrecht que deu. Então, essa fraude não é de hoje, começou lá atrás. Quando o Presidente Bolsonaro assumiu, em 2019, ele fez a MP 871, uma Medida Provisória para conter e fiscalizar e não ter mais fraudes no INSS, e estavam diminuindo as fraudes. Porém, em 2022, a bancada da esquerda entrou com um pedido para derrubar essa Lei do Bolsonaro e derrubaram. Será que eles já estavam imaginando que o Lula ia ganhar, não é? Porque essa eleição já foi toda combinada: *“O Lula vai ganhar, vamos meter a mão de novo!”* E ganhou. E aí o desvio, que estava em R\$ 500 milhões, foi para R\$ 2 bilhões e 300 mil. Em 2024, aumentou mais ainda. E não ia parar, se não fossem os aposentados buscarem advogados e entrarem com uma ação pedindo de volta o dinheiro. O PT é geneticamente corrupto, está no DNA deles. Tem fraude em todos os programas sociais do PT. No *Pé-de-Meia* tem fraude, *Bolsa Família* tem fraude. Agora, no INSS, estão achando outra fraude – que eu vi hoje uma matéria que saiu aí na

mídia, mais uma fraude está aparecendo. Eles não param! O Lula voltou à cena do crime para roubar tudo o que não tinha roubado. Pior, agora com o apoio da *Globo Lixo* e com o apoio do Supremo Tribunal Federal. Ora, esse Lupi, no Governo Dilma, foi exonerado ou pediu demissão por estar em envolvimento com fraude com as ONGs. Como é que o Presidente Lula vai pôr um cara que já saiu por fraude? Eu nunca vi isso. Você que é empresário, se um cara foi mandado embora por fraude, você vai contratar ele para a sua empresa? Ora, vocês não têm vergonha na cara! Canalhas que roubam o povo brasileiro há anos e continuam roubando. Aí o Lupi pediu demissão, não foi afastado não, como o Deputado Renato Freitas falou. Ele pediu demissão, não foi afastado. Leia direito, informe-se. Agora é fácil, não é? Roubar R\$ 90 bilhões e pedir para sair. Ele deveria estar preso, prisão preventiva. O irmão do Lula que cuida do sindicato, que recebeu mais de R\$ 100 milhões, devia estar o quê? Preso, prisão preventiva e de tornozeleira... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Um minuto para concluir, Deputado.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Vou falar no Horário da Liderança. Por que não está, se no dia 8 as pessoas foram presas sem prova nenhuma? Estão lá presas, sem denúncia, e um cara que desvia R\$ 90 bilhões está aí na boa. Aí o Lula vai arrumar um jeito de o Governo pagar a conta! O cara roubou o dinheiro, o povo foi roubado uma vez e agora o Governo paga e novamente o povo paga mais um roubo. Então, R\$ 90 bilhões, vai custar R\$ 180 bilhões à população brasileira. Cara, é ser muito ordinário mesmo achar que todo mundo é trouxa. Aí a Janja pega um avião da FAB de 330 lugares – ou 230 lugares –, um avião gigante da FAB e viaja sozinha, cinco dias antes do Lula. Dona Janja, o que você carregou naquele avião? O que vocês carregaram? Será que levaram malas de dinheiro para sumir com a prova do crime? Não sei, tem que ser investigado. Foi para um País comunista, encontrar com o Putin e com o Maduro. Vai saber o que ela levou, porque não é normal alguém pegar o maior avião da FAB e viajar sozinha. Isso aí realmente... Alguém que não tem cargo público e não foi acompanhada de

nenhuma pessoa do Governo. Então, isso tem que ser apurado também. Quanto a isso, não tem como defender, é indefensável. O Brasil novamente foi saqueado pelo PT. Por muito menos, a Dilma sofreu um *impeachment*. Então, cabe aos Deputados Federais protocolarem esse pedido de *impeachment* do Lula, ir às ruas pedir para que esse ladrão seja *impeachmado*, ele e toda a quadrilha dele, porque o roubo não para. Todas as estatais estão sendo roubadas. Todas! Petrobras, Itaipu, BNDES, Caixa Econômica, Correios. Os Correios... Bolsonaro pegou os Correios quebrados, fez um trabalho e alavancou para poder privatizar – e está quebrado de novo. Não tem jeito, gente. Eles vão, enquanto não acabar o dinheiro, não vão parar de roubar. Agora, vou fazer só um comentário. A Deputada Ana Júlia, que novamente, na segunda-feira, deu um *piti* e fez aquele *show* dela, para fazer *cortinho* para pôr na página dela e ganhar seguidor, os seguidores alienados da geração Paulo Freire... Deputado Hussein Bakri, nós temos uma Deputada aqui, Ana Júlia, que é a cópia da Maria do Rosário. Eu acho que ela é a Maria do Rosário mirim, é o mesmo *modus operandi* - cria uma briguinha, faz um *show*, se vitimiza, fala o que quer, mente. Então, vamos lá. Nunca nesta Casa – em mais de 100 anos ou 160 anos que tem –, nunca um Deputado acusou o outro de ter faltado em uma Comissão. Eu faço parte de várias Comissões aqui. Como suplente do Deputado Jacovós, durante as eleições municipais, fiquei cinco Sessões no lugar dele, que ele estava em Maringá. Ele avisou e eu fiz lá. Então, ele faltou mais de três. O Presidente da CCJ, Tiago Amaral, ficou um mês e meio em campanha, faltou umas sete ou oito, não três, voltou e assumiu a cadeira. Por que o Deputado Arruda é perseguido por uma pessoa que tem problema cognitivo, que não entende o Regimento Interno? Por que só eu? É ridículo, porque o art. 78 fala que não pode faltar e o 79 fala que tem que avisar com antecedência, e todas foram avisadas. Eu avisei uma às 10h30 da manhã... todas, avisei. Eu entreguei uma declaração, que eu tive uma emergência dentária. Só coloquei um atestado médico, e com data atual, só para explicar o que estava na declaração, o serviço que fui fazer, apenas isso. E isso está dentro da lei, sim. Vai consultar lá o CRM, vocês vão ver que está dentro. Eu não faço nada fora da lei, não mudei data nenhuma. Só que é um assunto tão ridículo, é típico de quem não tem trabalho.

Deputada Ana Júlia não tem trabalho, ela brinca de ser Parlamentar. Brinca! Saibam, ela, que no primeiro mandato, – que é dela agora – ela já faltou em 40 Sessões Plenárias. Quarenta faltas ela já teve aqui e vem falar *no peito* que ela trabalha. Trabalha *uma ova*! Eu faltei 15. Eu acho que em três mandatos ainda, não faltei isso que ela faltou no primeiro mandato. Essa *petezada* não tem vergonha na cara! Eu peguei aqui os Projetos de Lei dela... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Um minuto para concluir, Deputado.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): ... a maioria projetos inúteis, que eu posso ler depois, mas vou pôr na minha página. É apoio a LGBT, é não sei o quê... Só projeto inútil. Comparem com os meus projetos! Para comparar! E outra, Deputada Ana Júlia, a senhora devia ter um pinga de vergonha na cara, ir naquela tribuna e pedir perdão aos aposentados do Brasil, que vocês roubaram R\$ 90 bilhões. O seu Governo, o seu padrinho. Ou é mais importante o Deputado que faltou três vezes ou quem roubou R\$ 90 bilhões, ou quem saqueou estatais? Vocês só passam vergonha. Você aqui não vai se criar, ô *Maria do Rosário 2*, *Maria do Rosário mirim*. Essa é a senhora. Não vai colar outra Maria do Rosário. Aqui não. Vai ter a resposta à altura. Chega de palhaçada aqui. Chega de perder tempo nesta tribuna e perder tempo... Nunca fiz isso aqui, de expor um Deputado. Tenho que fazer para expor que essa menina não trabalha nada... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – UNIÃO): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Só faz *showzinho*, faz um monte de *cortinho* e põe na página dela, para os alienados da geração Paulo Freire baterem palma e começar a seguir... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador inscrito... (Tumulto no Plenário.) Próximo orador inscrito: Deputado... Peço ordem aos oradores.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Respeito ao Regimento, ele já tinha usado um minuto a mais, falou... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador inscrito... Próximo Deputado inscrito: Deputado Marcelo Rangel.

DEPUTADO MARCELO RANGEL (PSD): Vamos respirar... Olá, nossa querida Presidente, Deputada Flávia Francischini, Sr.^s Parlamentares. O tema hoje da minha fala é sobre transtorno do espectro autista. Vou falar, Sr.^a Presidente – a senhora que trabalha tanto nessa área –, sobre uma audiência pública que realizamos na cidade de Ponta Grossa na semana passada. E foi um audiência pública, Deputada Cloara, maravilhosa, porque a participação das mães, dos pais, os cuidadores, técnicos foi crucial, porque os verdadeiros especialistas nessa área são pais e mães que estão vivendo dia após dia, vendo quais são os avanços que eles podem ter dentro de casa, e eles trouxeram ideias para os Parlamentares. E aqui, na Assembleia, tenho muito orgulho de trabalhar ao lado de Parlamentares que elaboraram um Código da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista que é referência para o Brasil. O Código está muito bem embasado, muito completo, Deputada Francischini, ele é muito bom. Mas as mães conseguiram contribuir ainda mais com alguns projetos e algumas ideias que estou trazendo hoje, inclusive até mesmo com uma espécie de cartilha. Isso aqui não pode ser uma ideia de um Deputado, até porque não veio da minha parte e sim das pessoas que estavam na audiência pública. Queria pedir a coautoria dos demais Parlamentares para este projeto, que é uma cartilha de *bullying* nas escolas, porque as crianças com autismo sofrem bastante com *bullying* nas escolas e não temos uma cartilha nesse sentido. Acho que pode ser bem interessante. Mas nós, Deputada Cloara, vamos apresentar hoje seis projetos. Seis projetos nesta Casa para enriquecer, ainda mais, o nosso Código Estadual da Pessoa com TEA. O primeiro é o Projeto Família Coterapêutica, que propõe a capacitação parental de familiares e cuidadores de pessoa com TEA com base científica. Será possível criar salas de treinamento em unidades de saúde. A Deputada Flávia conhece o Projeto do Governo do Estado das salas multissensoriais profissionais para qualificação.

Então, estamos encaminhando esse Projeto de Lei que vai tornar os agentes, as famílias, ativas no desenvolvimento e no bem-estar dos seus filhos através de uma qualificação. O segundo projeto é um suporte técnico aos municípios e credenciamento de profissionais através de consórcios. Senhoras e senhores, temos projetos do Governo que são importantes, mas os Prefeitos, muitas vezes, tem dificuldades e, através dos consórcios, poderemos oferecer recursos – inclusive foi uma sugestão do Prefeito de Castro – para propor um dispositivo que ofereça suporte informativo e técnico aos municípios, permitindo a qualificação e o credenciamento regional de profissionais da área do autismo. Isso vai permitir que o atendimento seja ampliado, descentralizado e muito mais eficiente. Em terceiro lugar, um terceiro projeto, a figura do auxiliar para cuidados especiais nas escolas com uma legislação toda própria, e vou explicar, com o passar o tempo aqui na Assembleia. O fortalecimento da campanha contra o *bullying*, sabemos que o *bullying* já é combatido por lei, mas vamos além, propomos ações específicas voltadas ao autismo, com palestras, cartilhas e a criação de um canal de denúncias anônimas para casos ocorridos dentro e fora da escola; precisamos proteger, informar e agir. E, por fim, a proposta central desta nova etapa, acredito que vai ser fundamental se a Assembleia Legislativa fizer aprovação desse projeto que cria o Comitê Permanente de Escuta e Formulação de Políticas Públicas para Pessoas Neurodivergentes no Estado do Paraná. Mães e pais precisam de um canal. Precisam de um canal de escuta. Até mesmo para que eles possam relatar tudo o que está se passando no dia a dia de uma família atípica. Esse Comitê será um espaço institucional de escuta continuada e formulação propositiva com a participação de famílias... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Um minuto para concluir, Deputado.

DEPUTADO MARCELO RANGEL (PSD): ... especialistas, associações e representantes do Poder Público e vai garantir a política pública para autistas, que seja viva, atualizada e conectada à realidade. Senhores, subo à tribuna para pedir o apoio dos Parlamentares, principalmente dos Deputados Leandro, Flávia

Francischini, Alisson Wandscheer e o Deputado Bazana. Deputado Bazana, o senhor que também é um lutador muito competente nessa causa, gostaria muito do seu apoio na coautoria desses projetos que vão enriquecer o nosso Código das Pessoas com Autismo. O Deputado Amaro também é um lutador dessa causa, enfim, de todos os Parlamentares. Neste momento, então, peço o apoio da Assembleia Legislativa para que possamos enriquecer o Código das Pessoas com Transtorno de Espectro Autista. Muito obrigado, Presidente.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Passamos agora ao Grande Expediente. Primeiro orador inscrito: Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, quero cumprimentá-los, ao tempo que cumprimento todas as lideranças que comparecem a esta Sessão. Quero cumprimentar os estudantes da Universidade que aqui também comparecem, da UniCuritiba. Quero cumprimentar também aqui quem nos acompanha à distância também, a nossa Sessão. E aqui estamos com uma representação importante dos servidores do Estado do Paraná. Estão aqui acompanhando a Sessão hoje o Giordano do SindSaúde, o Cristiano do Sindarspen, a Jussara da APP-Sindicato, a Carolina da Sindijus, o Davi do Sindijus, o Valdivino da APP-Sindicato e também dirigente da CNTE e a Vanderleia do Sindarspen. O que fazem aqui? Novamente estão aqui na Assembleia cobrando que o Governador encaminhe para esta Casa o Projeto de Lei para corrigir os salários dos servidores na data base. A data base dos servidores do Estado é no dia 1.º de maio. E maio já está avançando, hoje já é 12 de maio. O Governador precisa mandar para esta Casa um Projeto de Lei para repor, no salário dos servidores, a inflação. A inflação diminui o salário, ela corrói o poder de compra dos trabalhadores. Por isso, a Constituição Brasileira, no art. 37, X, assegura que todo ano, pelo menos na data base, o empregador tem a obrigação de repor a inflação no salário dos servidores para manter o poder de compra. Isso não está acontecendo no Paraná e por isso os servidores estão aqui mais uma vez. A inflação desta data base chegou a 5,6%, que é a medida do dia 1.º de maio do ano passado até 30 de abril deste ano. Então, não é um percentual

alto, mas, ao longo dos anos, o Governo do Paraná não fez a sua obrigação de pagar a inflação aos servidores. Por isso, já ultrapassa a 40%. Em alguns casos, ultrapassa 50%. O importante é que façamos com que o Governador não continue omissos, ele tem a obrigação de fazer. Compete a ele encaminhar o projeto para esta Casa. Continuamos aqui fazendo a cobrança, apresentando aqui na tribuna a demanda dos servidores que estiveram aqui em ato público no dia 29 de abril, vieram até esta Casa, pediram apoio. O Deputado Hussein Bakri e o Deputado Alexandre Curi estão dialogando com o Governo e os servidores estão buscando resposta, e claro, resposta positiva a esta pauta que interessa aos servidores do Estado do Paraná, do Poder Executivo, do Legislativo, do Poder Judiciário, aposentados e da ativa, pessoal civil, pessoal militar. Então interessa a todas as categorias do serviço público do Estado do Paraná. Também quero aproveitar mais uma vez a tribuna para falar da importância de implementar, com urgência, a reposição do piso do magistério. Professores da rede estadual no Paraná não estão recebendo o piso, uma determinação de Lei Federal – que, no mínimo, no Brasil, um professor tem que receber um salário mínimo, um piso mínimo. Isso não está garantido aqui no Paraná para a rede estadual. É importante que se garanta. E aí o Governador acenou de encaminhar para esta Casa um projeto – não encaminhou ainda, precisa encaminhar com urgência – para alcançar todos os professores da educação básica que têm direito ao piso. Não pagou o piso no ano passado, não repôs a inflação, era 4,77%, a deste ano é 6,27%, no acumulado passa de 11%. Precisa pagar e não pode esperar terminar o ano. Já está devendo no segundo ano. Então fica aqui, mais uma vez, a nossa cobrança. Também mais uma vez falar aqui da importância de rever a tabela salarial dos funcionários de escola – agente educacional I e II. A APP fez comissão paritária com o Governo, preparou o projeto, está na Casa Civil, precisa vir para esta Casa com urgência para fazer justiça aos funcionários de escolas e aos demais funcionários – agente de apoio de todas as secretarias, também o Governo ficou de corrigir. E quando se fez, em 2023, alteração dessa carreira foi feita uma injustiça com esses servidores e precisa corrigir. Isso vale para todas as carreiras do Poder Executivo. Então fica aqui, também, a cobrança para que chegue a esta

Casa esse projeto. Quero falar, também, aqui, desta ação que é uma ADI, a 7796 que tramita no Supremo Tribunal Federal, foi promovida pela Federação das Associações de Síndrome de *Down*, no Brasil, para suspender parte da Lei n.º 17.656/2013 e da Lei n.º 18.419/2015 – duas leis aprovadas aqui, nesta Casa. Uma que reconhece as APAEs como escolas e a outra que cria o primeiro Estatuto da Pessoa com Deficiência no Brasil. Pude participar do debate dessas duas leis, aqui votamos por unanimidade essas duas leis. Elas estão questionadas. É importante dizer que a PGE – Procuradoria-Geral do Estado já se posicionou, a Assembleia Legislativa também, através da Procuradoria-Geral da Assembleia Legislativa, já se posicionou contra essa ADI que tramita no Supremo Tribunal Federal e nós queremos, evidentemente, que o Supremo mantenha as duas leis como elas estão dispostas. Por quê? Porque as APAEs, no Paraná, fazem um trabalho extraordinário – extraordinário – na defesa das crianças, dos adolescentes, dos jovens, adultos e idosos na área da educação. É um trabalho importantíssimo, tenho acompanhado as APAEs no Paraná e nos preocupa muito. Por isso, é importante o engajamento da Assembleia, como um todo, para que possamos manter a legislação estadual que, do contrário... Por exemplo, o Fundeb, Dr. Antenor, é um fundo que financia a educação básica, financia todas as modalidades de educação básica, financia a educação especial e a APAE, como escola, recebe da prefeitura a parte do Fundeb com base no número de alunos matriculados na APAE. Isso é importante para a manutenção dessa escola especial. Também é importante dizer que tem outros convênios, como o SUS, por exemplo, que está lá atendendo os estudantes que precisam do atendimento inclusive especializado. Mas estão lá, também, convênios celebrados pelo Estado e pelos municípios com essas escolas especiais. Então, recebi nos últimos dias várias mensagens, várias ligações de diretoras, de presidentes das APAEs de diversos municípios, e aqui fica o nosso apoio às APAEs, o apoio às leis que aprovamos aqui e vamos trabalhar, evidentemente, para que o Supremo Tribunal Federal mantenha a legislação como aprovamos nesta Casa por unanimidade e que as APAEs possam continuar ofertando educação de qualidade, como ofertam no nosso Estado. Muito obrigado.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador: Deputada Márcia Huçulak.

DEPUTADA MÁRCIA HUÇULAK (PSD): Boa tarde, Sr.^a Presidente, Mesa, cumprimentar Deputados e Deputadas. Hoje temos uma data em que comemoramos o Dia da Fibromialgia e Fadiga Crônica e também destacar em homenagem – homenagem não, mas em reconhecimento – dessa situação que muitas pessoas têm, o nosso Projeto de Lei que foi aprovado nesta Casa ano passado, Lei n.º 22.278/2024, que reconhece a fibromialgia como deficiência e dá um adequado acolhimento às pessoas que sofrem dessa situação. Mas subo à tribuna hoje, aqui por um... Hoje 12 de maio é um dia dedicado a uma profissão secular dos enfermeiros e enfermeiras. O Dr. Leônidas, que me precedeu, já prestou homenagem a esses profissionais que estamos no topo das profissões, que são cada vez mais necessárias e demandadas pela sociedade, não é, Dr. Leônidas? Médicos e enfermeiras, mais do que nunca, a sociedade vai precisar. Estamos presentes em todos os serviços de saúde, no empreendedorismo, no ensino, na pesquisa também. São os profissionais que garantem a qualidade da assistência prestada em todos os serviços de saúde. Sem enfermagem, não há cuidado. A enfermagem é a maior força de trabalho no âmbito da saúde. São mais de 800 mil profissionais no Brasil, e no Paraná, mais de 150 mil profissionais, que atuam no dia a dia dos milhares serviços da saúde pública e privada. Em meio às 14 profissões da saúde, a categoria da enfermagem representa mais de 50% da força de trabalho – em 14 profissões. Porém, ainda enfrentam uma história de preconceitos, interpretações equivocadas da sua atuação e também carecem de reconhecimento. Somos discípulos de Florence Nightingale, uma enfermeira inglesa que ficou conhecida durante a Guerra da Crimeia, em 1853; e da nossa Ana Néri, brasileira, que em 1865 atuou na Guerra do Paraguai e se tornou a nossa referência brasileira, exemplo no mundo, foi a precursora da Cruz Vermelha no Brasil. É a patrona dos enfermeiros e denomina a primeira Escola de Enfermagem no Brasil, em 1923. Nossa história é destacada de lutas, da mesma forma como fomos vistos no século XXI, na pandemia da covid. Nossas precursoras foram reconhecidas em batalhas, em guerras, e nós fomos à guerra

contra o vírus da Covid, na pandemia da covid. Desde os primórdios, a nossa história de coragem, resiliência e dedicação. Sim, precisamos ser fortes para trabalhar dentro dos serviços de saúde, porque lidamos com a coisa mais complexa que tem, que é o cuidado com a vida humana. Não é o trabalho que se aprende de pronto, como elaborar um projeto ou desenvolver um produto, requer conhecimento e compromisso. Não há espaço para equívocos, para erros. Não podemos errar. Não há espaço para pausas. Muitos profissionais deixam de se alimentar, abandonam o seu horário de descanso, a que têm direito, para a realização do cuidado. O filósofo sul-coreano Byung-Chul Han cunhou o termo, na nossa atualidade, *sociedade do cansaço*, onde somos definidos pelo nosso desempenho. Quando alguém diz que *se mata de tanto trabalhar*, isso é visto de uma forma positiva. A ideia que temos, de estarmos sempre disponíveis, sorridentes, é uma construção fantasiosa, que muitas vezes a sociedade nos impõe, e não impõe só aos enfermeiros, mas a todos os profissionais de saúde, não é, Dr. Leônidas? Neste ano, temos um tema muito apropriado para debater na Semana da Enfermagem. Acabei de participar da abertura do seminário do nosso Conselho Regional de Enfermagem no Paraná: “*A saúde mental e o bem-estar dos profissionais da enfermagem*”. Que possamos ter momentos de pausa, de descanso, para podermos recuperar as energias, mas acima de tudo também refletir sobre a nossa prática. Os profissionais da enfermagem se destacam pelo seu preparo. Somos profissionais que nos qualificamos ao longo da nossa história. Buscamos aperfeiçoamento permanente frequentando cursos, especializações, mestrado, doutorado. Sim, enfermeiras são doutoras também, promovendo grandes congressos, não existe mais a postura de meros satélites gravitando em torno de outros profissionais. Que esse Dia Internacional da Enfermagem seja um momento de reflexão, de agradecimento, de compromisso com a valorização e o cuidado dos nossos profissionais de enfermagem. Cada vez mais os profissionais enfermeiros e enfermeiras são imprescindíveis para o cuidado das pessoas. Somos a profissão do passado, do presente e do futuro. Somos os profissionais da ciência, da ciência do cuidado. Existe cuidado sem cura, mas não existe cura sem cuidado. Sem enfermagem, não há cuidado; o cuidado que não para. Quero,

por fim, parabenizar os profissionais da enfermagem, pelo seu trabalho imprescindível e incansável a favor da vida humana. Parabéns, a todos os enfermeiros e enfermeiras do Paraná. Quero também cumprimentar o nosso Deputado Jacovós e o nosso Deputado Dr. Leônidas pela homenagem. O Dr. Jacovós fez uma linda homenagem hoje no jornal *Diário de Maringá* e quero agradecer. Também ao nosso Dr. Leônidas pela homenagem que prestou, aqui, antes de mim na tribuna. Obrigada.

Deputado Dr. Leônidas (CDN): Permite um aparte, Deputada Márcia?

DEPUTADA MÁRCIA HUÇULAK (PSD): Pois não.

Deputado Dr. Leônidas (CDN): Quero aproveitar este momento para lhe parabenizar, a senhora que representa tão bem a categoria. Nós, da saúde, nem sempre estamos representados nos ambientes políticos, mas começamos a entender a importância disso. A senhora é símbolo de toda uma luta, que a enfermagem tem pela valorização do trabalho. Quero lhe parabenizar, estendendo esses cumprimentos a todos os profissionais da enfermagem. Como disse Florence Nightingale, “*a enfermagem, é em sua essência, dar esperança a corações enfermos*”. Eu, no dia a dia do hospital, pacientes cirúrgicos, pacientes muito graves, às vezes, vi o quanto é importante ter uma equipe de enfermagem capacitada, qualificada no atendimento desse paciente. Apenas a enfermagem consegue dar essa esperança, porque o médico passa, conversa, vai embora. A enfermagem fica ao lado do seu paciente. É por isso que tenho o maior orgulho de dividir esse espaço com a senhora. Parabéns, é sempre uma alegria ouvi-la. Que a enfermagem alcance os seus objetivos. Obrigado.

DEPUTADA MÁRCIA HUÇULAK (PSD): Muito obrigada. Quero também aproveitar, acho que tenho mais um horário, aqui, alertar toda a população... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Um minuto para V.Ex.^a concluir.

DEPUTADA MÁRCIA HUÇULAK (PSD): ... convidar toda a população do Paraná: a vacina da gripe, contra a *influenza*, está disponível em todas as Unidades de Saúde do Paraná, a toda a população abaixo dos seis meses de idade, jovens, crianças. Por favor, se vacinem, vacina é vida e proteção. Estamos entrando no inverno, momento de alta – especialmente os nossos idosos – de casos respiratórios, que vão encher. Já temos 13 estados do Brasil, que decretaram sistema de alerta, de emergência, aos serviços de saúde, por superlotação de casos respiratórios. Então, por favor, vacinem-se. Todas as unidades estão com vacina disponível. Obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Pela Liderança da Oposição, Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Verborragia! Verborragia é o uso excessivo de palavras, frequentemente com pouca ou nenhuma significância, ou seja, é um excesso de fala sem conteúdo. Algumas pessoas apresentam sintomas: em alguns casos, a verborragia pode ser um sintoma de transtorno, o que é o excesso de fala em indivíduos com problemas mentais. Infelizmente, o que temos visto aqui é a falta de punição, Presidente, para falas indecorosas, principalmente a mulheres. O nome disso é violência política de gênero, uma artilharia misógina e machista contra companheiras. Os termos disparados à Ministra Gleisi Hoffman aqui hoje merecem punição dessa Mesa. Não dá para aceitar palavras de baixo calão, como essas que estão aqui. É inadmissível isso *todo santo dia* que tem Sessão. Ainda mais contra a Deputada Ana Júlia também, uma jovem que começa a trabalhar e a mostrar serviço, e a gente tem esse ataque de valentões. Valentões com mulheres, só com mulheres são valentões, sabem aproveitar o espaço para nutrir o gado raivoso. E é isso que fazem aqui, daquele lado: um *show* de horror, de baixaria, que esta Casa não merece. Aliás, desculpa, povo do Paraná, por ter ouvido a fala do Deputado Arruda. Precisamos lavar aquela tribuna lá, passar desinfetante naquele microfone. Não dá para admitir uma coisa tão baixa dessa forma aqui nesta Casa, a Assembleia não pode compactuar com esse tipo de violência, de ataques, de insinuações ofensivas.

Não podemos fingir que não estamos vendo. Aqui está virando um palco para se fazer discurso violento, e discurso violento gera violência, ou vocês acham que aqueles alunos que estavam aqui assistindo foram embora felizes com a imagem que levam aqui da Assembleia? Ou vocês acham que as mulheres que estão assistindo a esta Sessão estão contentes com ataques a duas mulheres? Mas é fácil vir ali e não ter punição alguma. Agora, essa Mesa tem que tomar providências, ou vamos ficar com os olhos fechados aqui? Vamos deixar xingar? Todo dia é um xingamento a uma autoridade do STF, toda hora é xingamento ao Presidente da República, agora há pouco ofendendo também a Primeira-Dama da República – uma outra mulher – com falas absurdas, com falas raivosas. Eu penso, Presidente, que se a gente não tomar providências aqui, vai ficar pior. Aliás, quero fazer um alerta às Deputadas mulheres: Vocês não podem permitir que as mulheres sejam atacadas dessa forma que está sendo...

Deputada Luciana Rafagnin (PT): Concede um aparte, Deputado?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Pois não, Deputada Luciana.

Deputada Luciana Rafagnin (PT): Eu quero cumprimentar V.Ex.^a pelo pronunciamento. Infelizmente no momento eu não estava aqui, não ouvi todo o pronunciamento, mas, vindo da pessoa que a gente já conhece nesta Casa, acredito, sim, que a Mesa precisa tomar uma posição. Não podemos continuar vendo Deputados se pronunciarem dessa forma, inclusive com colegas aqui da Assembleia Legislativa. A falta de respeito, falta de caráter dessa pessoa de usar termos pejorativos, de falar palavrões – que isso faz parte, eu acredito, da sua vida, do seu cotidiano, porque ele faz questão de fazer isso toda vez que vai para a tribuna. Tem uma obsessão ao PT, e agora uma obsessão às Deputadas do PT, tanto à nossa Ministra Gleisi, na qual ele já perdeu uma ação, e eu acho que é isso que o deixou mais incomodado, porque ele sabe que estava errado, mas continua falando palavrões, continua insistindo no seu pensamento, e da mesma forma com relação à nossa colega Ana Júlia. Acredito que nisso deve ter um tanto de ciúmes, de inveja, uma jovem que está fazendo um trabalho brilhante e que

trabalha por todos e não discrimina ninguém, ao contrário desse Parlamentar que vem aqui, que usa palavrões, que faz com que quem visita a nossa Casa saia com que imagem deste Poder Legislativo? Então, Sr. Presidente, acredito que é mais do que hora de essa Mesa tomar, sim, uma posição para que a gente possa ter o mínimo de respeito, porque nós vamos para a tribuna, falamos aquilo que pensamos e aquilo que acreditamos ser o correto, mas não agimos dessa forma, não estamos falando esses palavrões e usando esses termos, e nós não estamos acusando ninguém da forma como esse Deputado fala, como se ele fosse dono da verdade, e ele sabe que não é dono da verdade. Por isso que ele insiste em falar todo dia, porque ele quer acreditar naquilo que ele mente, e mente tanto que ele acredita na própria mentira dele. Obrigada pelo aparte.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): De nada, Deputada Luciana. Esse tipo de fala indecorosa aqui, Sr. Presidente, a gente precisa ter providências, está muito horrível. O Congresso Nacional suspendeu temporariamente um Deputado por palavras ofensivas desse mesmo estilo e desse mesmo baixo calão. Eu sinceramente, nós do PT vamos ingressar agora com a Mesa com a reclamação, vamos cobrar providência sobre isso daqui e não vamos deixar a Assembleia virar *circo de maluco*. Não podemos deixar aqui, achar que isso aqui é um circo com palco para piadinha de mau gosto e para falta de compostura. O Paraná precisa ser discutido, tem vários temas para serem abordados, tem várias coisas acontecendo e que precisam de reflexão, e a gente está aqui porque a pessoa é mal-educada, é mal-amada, tem o coração raivoso – se tem coração –, carrega em si uma energia pesada e aqui, naquele microfone ali vomita tudo o que acha que pode ser verdade. Na verdade, ele sabe que não é verdade, mas ele faz aquilo para insultar o gado raivoso. O gado raivoso precisa de um efeito moral, e eles vêm destilar isso aqui. Discutir o Paraná, não discutiu nada até hoje; até agora não tem uma proposta boa para o povo paranaense, mas xingar mulher aqui o valentão sabe fazer. Eu não aceito mais isso, nem como Líder da Oposição, nem como Presidente do PT. Chega, passou da hora de tomar providências contra isso aqui dentro. Nós fazemos aqui campanha contra a violência à mulher, aí vem um Deputado, pratica violência verbal contra mulher e não tem punição alguma

aqui nesta Casa. A gente tem que parar de *passar pano*, de *passar a mão*, que não é nenhum bebê, não. É marmanjão, é marmanjão que usou estratégia política para fazer essas coisas aqui. Agora, nós estamos aqui há dez minutos exatos, praticamente, falando de uma coisa que deveria ser automática: ao xingar uma mulher, ao ofender uma Deputada, suspensão. Nós temos previsão legal para isso, e é isso que tem que ter aqui. Discordo profundamente de vários companheiros aqui, de várias companheiras, mas nunca vou fazer isso. Se eu chegar em casa, a minha mãe, dos seus altos dos 70 anos, me passa a borracha, porque ela me ensinou a respeitar a mulher; se eu fizer isso, a minha avó, que está com 92 anos, vai falar: *Não venha no final de semana em casa, que você é uma vergonha para a nossa família*. E graças a Deus eu carrego isso. E esta Casa aqui tem que aprender a respeitar mulher. É fácil gritar contra mulher, é fácil dar soquinho na mesa, falar palavrão. Eu estou esperando o dia que falar isso para mim, de verdade, que o negócio vai ser diferente agora aqui dentro. Sinceramente acabou a cordialidade, porque é isso que estão querendo aqui. Aqui não estão querendo civilidade, estão querendo *rolo*, é isso que está se procurando aqui, e nós não vamos deixar fazer *rolo* para tirar contexto de outras coisas aqui não. Repúdio total à fala do Deputado Arruda às Deputadas mulheres brasileiras. Não admito e não vou admitir mais. E agora, Presidente, ou pune ou vai ter outro tipo... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Um minuto para V.Ex.^a concluir. Deputado Arilson, antes da fala do Deputado Hussein, eu não estava no Plenário no momento do discurso do Deputado Missionário Ricardo Arruda. A hora que eu tomar ciência, a Presidência vai fazer análise sobre isso e dará uma resposta a V.Ex.^a. Com a palavra o Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): *Eu quero paz no meu coração; quem quiser ter um amigo, me estenda a mão.* Desejo uma semana abençoada a todos e a todas, com muito trabalho, com muitas realizações. E quero dizer a V.Ex.^{as} que, na Ordem do Dia de hoje, Deputada Mabel – a senhora que compõe a Bancada Feminina e todas as mulheres que estão aqui –, fizeram um trabalho

fantástico para o Código da Mulher. Conseguimos inserir mais um item importante com a ajuda de todos vocês que estão aqui. Garante a prioridade... Prestem atenção: *garante a prioridade de atendimento no IML para os exames realizados em mulheres vítimas de violência doméstica e familiar*. Acho que é um avanço importante que esta Casa, vai dar priorizando esses exames, dando a velocidade para que saia o resultado desse exame. Claro que o objetivo é assegurar que as provas não sejam perdidas, garantindo um eventual afastamento ou punição dos agressores.

Deputada Cristina Silvestri (PP): Deputado...

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pois não, quem pediu?

Deputada Cristina Silvestri (PP): ... me permite?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Deputada Cristina, pois não.

Deputada Cristina Silvestri (PP): Deputado, fico muito feliz com essa notícia porque esta foi uma pauta minha no primeiro ano como Procuradora da Mulher, que essas mulheres tivessem prioridade nos exames. Porque aconteciam coisas horrorosas dentro do IML com elas – esperando, em um momento difícil, ter que esperar horas e horas na situação em que elas se encontravam. Então, fico muito feliz que realmente agora tenha tomado essa medida. Obrigada.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Inclusive, não sei se foi uma falha minha – acho que foi –, quero convidá-las. Dá tempo de assinarem como coautoras do Projeto. Está bom? Faço até um pedido.

Deputada Cristina Silvestri (PP): Mas, acredito que já fiz esse Projeto.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Se já fez, está ali.

Deputada Cristina Silvestri (PP): Esse Projeto é muito antigo.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Aí, já não sei responder. Mas, assine como coautora que está valendo. Vamos aprovar hoje e fica como todos nós fazendo o Projeto.

Deputada Cristina Silvestri (PP): Entrei com esse Projeto lá em 2019, acho.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Está joia. Quero também falar... Sou descendente de libaneses; meu pai era muçulmano. Ele veio para o Brasil muçulmano, mas batizou os filhos da Igreja Católica, porque ele disse uma vez: *Meus filhos, Deus é um só. Não tem muçulmano, não tem... Deus é um só.* Uma cabeça boa! O Requião Filho e seu pai conheceram bem meu falecido pai. E nós, junto com o Deputado Alexandre Curi, instituímos no Paraná, através de uma lei, o Dia Estadual do Povo Muçulmano. Para vocês terem uma ideia, só em Foz do Iguaçu, temos uma comunidade de 12 mil muçulmanos. Só em Foz do Iguaçu! Impressionante a quantidade de pessoas que vivem lá. Quero comemorar junto com V.Ex.^{as} aqui que existe um índice, que é medido pelo Firjan – Índice Firjan de Desenvolvimento –, elaborado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, com base em emprego, renda, saúde e educação. Prestem atenção em cima disto: das 10 cidades mais desenvolvidas do País, cinco estão no Paraná. Tenho o privilégio de representar algumas. Vamos lá, Deputado Guerra: Curitiba, Maringá, Toledo, Marechal Cândido Rondon e Francisco Beltrão – estão entre as 10 cidades mais desenvolvidas. Cinco são do Estado do Paraná, Deputado Mauro, o senhor que foi da Secretaria do Trabalho e fez um belíssimo trabalho lá. Então, vejam todos vocês a importância econômica que tem o Estado do Paraná. Quero também neste momento anunciar e convidar os colegas Deputados e Deputadas que amanhã, às 10h30 da manhã, o Governador anuncia um programa habitacional inédito para os idosos – para os idosos, gente, nunca tinha visto isso – que vai dar a eles a possibilidade da casa própria, um grande pacote de investimentos. Este evento de amanhã, para o qual vocês estão convidados, o aniversário de quatro anos do *Casa Fácil*, que entregou 91 mil unidades habitacionais, em parceria com o Governo Federal; o valor da entrada aprovamos aqui na Assembleia. E a principal novidade amanhã – preste atenção – qual é,

Deputado Corti? Vossa Excelência que fez um grande trabalho na Cohapar, digno de elogios. É o lançamento da nova modalidade do valor de entrada para a terceira idade, diante das dificuldades que essas pessoas têm de acesso a essa entrada. Prestem atenção: a Cohapar vai conceder um auxílio de R\$ 80 mil de entrada por idoso de até quatro salários-mínimos, prevendo beneficiar no pacote cerca de mil idosos na primeira fase; depois vem a segunda fase. Demais lançamentos: anúncio de uma linha específica de investimentos habitacionais para cidades com até 25 mil habitantes, para famílias de até 2 salários mínimos; casas para agricultores familiares, projeto importante; assinatura de convênios com os 65 primeiros municípios que receberão o programa *Vida Nova*, focado no desfavelamento, fruto de um financiamento do BID, que foi aprovado por todos vocês que estão aqui. Custo zero. E também a assinatura do convênio entre Cohapar e a Sanepar para fornecimento e implantação de 3 mil 419 módulos sanitários para famílias que não possuem banheiro. E também, finalizando, R\$ 100 milhões para a regularização de 50 mil lotes. Então, quero... O senhor quer um aparte?

Deputado Ricardo Arruda (PL): Quero um aparte. Pode ser?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pode ser.

Deputado Ricardo Arruda (PL): Deputado Hussein, só para restabelecer a verdade nesta Casa. Peço que o Presidente Alexandre Curi escute, faça uma revisão na minha fala e ache um palavrão que fiz à Deputada Ana Júlia. Zero! Mais uma vez, o Deputado vai e mente na tribuna, falando que ofendi as mulheres. Não. Falei a verdade. A Deputada Ana Júlia foi três ou quatro vezes na tribuna, me esculachou, falou que não sei trabalhar, que não tenho trabalho... Falou mil e uma. Mil e uma! Eu fiquei quieto. Só que na segunda-feira eu nem estava aqui e ela fez o *show* de novo. O que chamei ela, e repito, é que ela é igual à Maria do Rosário, Deputada Federal do partido dela. Se isso é ofender, então vocês não gostam da Deputada Maria do Rosário. Palavrão, nenhum. Agora, os

adjetivos que falo para o ex-presidiário, sempre vou falar. A pessoa que foi investigada, julgada, condenada e presa é ladrão. Isso ninguém vai tirar!

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Obrigado...

Deputado Ricardo Arruda (PL): E o art. 53 me garante a minha fala. Procure, Presidente, se teve um palavrão sequer. E vamos expor a verdade nesta Casa. Nunca ofendi nenhuma mulher; ao contrário, fui ofendido e vou, com certeza, colocar ela também na Comissão de Ética, para explicar as mentiras que ela falou a meu respeito, que eu falsifiquei documento e outras coisas. Isso sim eles se calaram e deixaram ela falar. Quando a resposta vem à altura, ficam ofendidos. Já cansei desse oba-oba. Oba-oba. Chega de palhaçada! Vamos trabalhar com a verdade, que é melhor.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Para finalizar, Presidente. Quero informar aos colegas e às colegas Deputadas que estamos finalizando – muitos têm me perguntado, Sr. Presidente – alguns pequenos ajustes finos ainda no Projeto que prevê o pagamento da primeira carteira, vocês devem lembrar, do Detran, evidentemente, para os nossos jovens. Faltam alguns ajustes finos. Aventou-se aqui a possibilidade do valor ser de R\$ 3 milhões. Já ajustamos isso, Presidente. O valor é de R\$ 13 milhões que serão investidos neste primeiro momento para a confecção da primeira carteira. Vocês fiquem seguros, porque só estamos fazendo este ajuste fino e, quando vier para votar, vai ser votado com as devidas correções.

Deputado Luís Corti (PSB): Um aparte, Sr. Líder.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pois não.

Deputado Luís Corti (PSB): Quero lhe cumprimentar e saudar o Governo por esta iniciativa inusitada, fenomenal de financiar em um valor maior, quase que total, a casa do idoso. Mas quero aqui reafirmar a indicação que a Frente Parlamentar da Habitação fez para que a Secretaria das Cidades, a Cohapar,

possa aportar no cardápio um item, “valores para a regularização fundiária”, colocada pelos nossos Parlamentares. Era isso, Sr. Líder da Bancada. Muito obrigado.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Uma boa ideia. Obrigado. Um abraço.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Doutor Antenor (PT), Doutor Leonidas (CDN), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Jairo Tamura (PL), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PP), Mauro Moraes (UNIÃO), Maria Victória (PP), Marcelo Rangel (PSD), Marcio Pacheco (PSD), Márcia Huçulak (PSD), Marli Paulino (SD), Moacyr Fadel (PSD), Ney Leprevost (UNIÃO), Paulo Gomes da TV (PP), Professor Lemos (PT), Requião Filho, Renato Freitas (PT), Ricardo Arruda (PL),Reichembach (PSD), Samuel Dantas (SD), Soldado Adriano José (PP) Tercílio Turini (PSD), e Thiago Buhner (UNIÃO) (48 Parlamentares); Deputado ausente com justificativa: Batatinha (MDB) (Req. 0992 - Art. 97, § 3º, IV do Regimento Interno) (1 Parlamentar); Deputados ausentes sem justificativa: Adão Litro (PSD), Ana Júlia (PT), Goura (PDT), Matheus Vermelho (UNIÃO), Nelson Justus (UNIÃO) (5 Parlamentares).]

Projetos regularmente protocolados pelos Senhores Deputados.

Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 295/2025**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, que altera a Lei n.º 9286, de 5 de junho de 1990, que declara de utilidade pública o Lar dos Idosos São Vicente de Paulo, com sede e foro na cidade de Pato Branco; **Autuado sob o n.º 296/2025**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, que concede o título de utilidade pública à AABB – Associação Atlética do Banco do Brasil, com sede no município de Coronel Vivida; **Autuado sob o n.º 297/2025**, do Deputado Ney Leprevost, que dispõe sobre as regras para publicidade e oferta de empréstimos consignados e cartões de crédito consignado aos consumidores no Estado do Paraná, visando à prevenção de casos de superendividamento; **Autuado sob o n.º 298/2025**, do Deputado Ney Leprevost, que proíbe aos bancos e instituições financeiras o assédio para oferecimento de empréstimos pessoais, consignados e linhas de crédito por telefone e mensagens eletrônicas, conforme especifica; **Autuado sob o n.º 299/2025**, da Deputada Ana Júlia, que institui o “Selo Empresa Amiga do Cuidado”, destinado a reconhecer empresas que abonem faltas de seus empregados e empregadas para acompanhamento de filhos, tutelados ou pessoas sob sua responsabilidade em atendimentos de saúde ou compromissos escolares; **Autuado sob o n.º 300/2025**, do Deputado Fábio Oliveira, que altera a Lei n.º 21.434, de 25 de abril de 2023, que dispõe sobre o abono de falta dos estudantes e profissionais da educação e a reposição e/ou a compensação de conteúdo escolar aos estudantes da rede pública estadual de ensino, convocados para participarem de seleções estaduais e nacionais e/ou competições desportivas oficiais homologadas pelas confederações e federações dos esportes olímpico e paralímpico; **Autuado sob o n.º 301/2025**, do Deputado Gilberto Ribeiro, que institui a campanha “Atenção aos Celíacos” – Doença Celíaca, no mês de maio no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 302/2025**, da Deputada Cloara Pinheiro, que concede o título de utilidade pública à Associação Esportiva Philia Handebol Master, situada no município de Cambé; **Autuado sob o n.º 303/2025**, do Deputado Soldado Adriano José, que insere no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná a ÉFFETA – Evento

Católico que tem por objetivo a evangelização, prevenção e combate às drogas; **Autuado sob o n.º 304/2025**, do Deputado Nelson Justus, que dispõe sobre o acesso subsidiado a atividades culturais, esportivas e de lazer para pessoas de baixa renda, com idade entre 30 e 59 anos, e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 305/2025**, do Deputado Alexandre Curi, que concede o título de utilidade pública à Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de Maringá, com sede no município de Maringá; **Autuado sob o n.º 306/2025**, do Deputado Samuel Dantas, que altera a alínea B do inciso II do art.º 21 da Lei n.º 1.943, de 23 de junho de 1954, que trata do código da Polícia Militar do Estado; **Autuado sob o n.º 307/2025**, do Deputado Alisson Wandscheer, que concede o título de utilidade pública ao Centro de Tradições Gaúchas (CTG) de Fazenda Rio Grande, no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 308/2025**, do Deputado Alexandre Curi, que concede o título de utilidade pública à Associação de Proteção a Maternidade e a Infância de Sengés, com sede no município de Sengés; **Autuado sob o n.º 309/2025**, do Deputado Anibelli Neto, que concede o título de utilidade pública ao GCAG – Grupo Caminhoneiros Amigos de Goioerê, com sede no município de Goioerê; **Autuado sob o n.º 310/2025**, do Deputado Delegado Jacovós, que concede o título de utilidade pública à Assistência Betel, com sede no município de Sarandi; **Autuado sob o n.º 311/2025**, da Deputada Luciana Rafagnin, que concede o título de utilidade pública à Associação de Proteção aos Animais Bem Estar Animal, com sede no município de Francisco Beltrão; **Autuado sob o n.º 312/2025**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que institui o programa de capacitação permanente nos cursos de formação e aperfeiçoamento dos agentes de segurança pública, voltado a abordagem de pessoas com deficiência; **Autuado sob o n.º 313/2025**, do Deputado Tercílio Turini, que cria a rota religiosa Caminhos dos Anjos; **Autuado sob o n.º 314/2025**, do Deputado Denian Couto, que obriga os estabelecimentos que integram a rede pública e privada de saúde do Estado do Paraná a permitirem acompanhante durante a realização de exames ou procedimentos que induzam a inconsciência total de pacientes menores impúberes.

Projeto de Decreto Legislativo: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 6/2025**, da Comissão Executiva, que homologa o Decreto do Poder Executivo n.º 9.817, que altera o regulamento do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS.

Passamos aos Itens da pauta.

Temos três Redações Finais.

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 672/2024, de autoria da Deputada Cloara Pinheiro, que concede o título de utilidade pública à Associação dos Moradores do Jardim Botânico de Curitiba, com sede no Bairro Jardim Botânico, nesta Capital do Estado do Paraná.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 40/2025, de autoria do Deputado Delegado Jacovós, que concede o título de utilidade pública à Casa Assistencial ACL Maringá, com sede no município de Maringá.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 133/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 18/2025, que altera a Lei n.º 21.430, de 19 de abril de 2023, que cria o Conselho Estadual dos Povos Indígenas do Paraná.

Não foram apresentadas Emendas de Redação. **Está dispensada a votação.**

ITEM 4 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 405/2021, de autoria do Deputado Do Carmo, do Deputado Boca Aberta Júnior e da Deputada Maria Victoria, que dispõe sobre a doação e utilização de material fresado julgados inservíveis ou desnecessários ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná DER/PR (Lei do Antipó). Parecer favorável da CCJ com Substitutivo Geral, Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação e Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais. **Retirado de ofício pela Presidência da Casa.**

ITEM 5 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 247/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 29/2025, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a desafetação e a transferência dos trechos rodoviários que especifica ao município de Ipiranga. Parecer favorável da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham a Liderança do Governo e a Liderança da Oposição?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Nós pedimos voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Alexandre Amaro.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Presidente, como os ânimos acalmaram aqui, só para o senhor não se esquecer de um pedido. Eu estava vendo aqui, lá no STF, o Ministro Fux dando uma aula de jiu-jítsu, e eles têm um tatame lá no STF. Então, só para relembrar o nosso pedido para a nossa Casa, para a Assembleia Legislativa. Eu acho que não vai fazer mal para ninguém, vai fazer muito bem para saúde de todos, não é?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Hoje não é um bom dia para tatame, mas...

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): O Deputado Gugu Bueno já está licitando o novo tatame da Assembleia.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Denian.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Enquanto votamos, faço o registro da presença nesta Sessão do Vice-Prefeito de São Pedro do Ivaí, o Elço, e do Vereador Marcos Mascate.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): E esta Presidência também agradece a presença da Secretária de Ação Social, Sr.^a Fátima Bernardo, e do Diretor de Habitação, Sr. Victor Berny, amigos, ambos de Coronel Vivida, por solicitação do Deputado Luís Corti.

DEPUTADO ARTAGÃO JÚNIOR (PSD): Senhor Presidente, aproveitando as saudações, também complementando o Denian Couto, cumprimentar também os Vereadores Alexandre, Kirk e Zé Isalberti, também do Município de São Pedro do Ivaí.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação: *[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José e Thiago Buhner (41 Deputados); Não Votaram: Adão Litro, Alexandre Curi, Ana Julia, Batatinha, Goura, Gugu Bueno, Luiz Claudio Romanelli, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Nelson Justus, Reichembach e Tercílio Turini (13 Deputados).]* Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 247/2025.**

ITEM 6 – Turno Único do Projeto de Lei 566/2023, de autoria do Deputado Bazana e do Deputado Ney Leprevost...

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Para encaminhar, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Posso ler o Projeto aqui?

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Pode!

ITEM 6 – 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 566/2023, de autoria do Deputado Bazana e do Deputado Ney Leprevost, que dispõe sobre diretrizes para o Emprego Apoiado no Estado do Paraná. Parecer favorável da CCJ com Substitutivo Geral, Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Pessoa com Deficiência e Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda. Para encaminhar, Deputado Ney Leprevost.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): É que, da última vez que eu quis encaminhar, o senhor foi muito rápido. Então, desta vez tive que me adiantar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vossa Excelência tem razão.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): O senhor pegou o bom hábito do seu avô de tocar a Sessão com velocidade. Este Projeto, de autoria do Deputado Bazana, e eu tenho a honra de ser coautor – agradeço inclusive o Deputado Bazana pela coautoria –, é um Projeto de extrema importância para inclusão porque ele visa instituir no Estado do Paraná o Emprego Apoiado. O que é um Emprego Apoiado, Presidente Alexandre Curi? É o nome dado a uma metodologia para inserção no mercado de trabalho de pessoas com deficiência. Pode ser deficiência física – é o caso do cadeirante –, deficiência visual, deficiência auditiva, e até deficiência intelectual ou múltipla, ou Síndrome de *Down*, ou paralisia cerebral. O Emprego Apoiado é aplicável também para vítimas de violência doméstica, para ex-toxicodependentes – pessoas que se recuperaram da dependência química –, e para pessoas desempregadas de longa duração. O Emprego Apoiado surgiu nos Estados Unidos, na década de 1980, e vem contribuindo para inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Ele

rompe barreiras criadas pelos modelos tradicionais, que concebiam as pessoas com deficiência como incapazes, dependentes e inaptas para o mercado de trabalho. E vou dar aqui um exemplo muito bem sucedido do Emprego Apoiado, Presidente. Aqui mesmo, no Estado do Paraná, muitos supermercados estão contratando... E incentivamos bastante isso quando estávamos na Secretaria de Justiça, Família e Trabalho, no primeiro Governo Ratinho Junior. Incentivamos bastante o Emprego Apoiado, muitos supermercados contrataram pessoas com Síndrome de *Down* e obtiveram excelente resultado, porque tem clientes que desenvolveram uma empatia e uma amizade com essas pessoas com *Down*, que costumam ser pessoas muito afetivas, muito simpáticas. Então, tem supermercados que tem clientes, principalmente idosos e mães de crianças pequenas, que só querem ir a esse supermercado porque lá tem um amiguinho, que é uma pessoa com Síndrome de *Down* e que é o empacotador das compras do supermercado. Queremos inclusão, somos a favor de um País que dê a todos oportunidades de emprego. Nós queremos o cumprimento da Constituição Federal, que diz que todos são iguais perante a Lei. Este Projeto aqui, do Deputado Bazana e nosso, é um grande avanço para acessibilidade e para inclusão de todas as pessoas com deficiência no Estado do Paraná. Por isso, peço à Bancada do Governo voto favorável, através do seu Líder Hussein Bakri; peço à Bancada da Oposição, através do Líder Arilson Chiorato, voto favorável; e peço a todas as Deputadas e a todos os Deputados que nos ajudem a aprovar este Projeto. Obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO BAZANA (PSD): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para encaminhar, Deputado Bazana.

DEPUTADO BAZANA (PSD): Senhor Presidente, de imediato quero agradecer aqui ao nosso querido Deputado Ney Leprevost pela fala fantástica esclarecendo o nosso Projeto de Lei. É importante podermos preparar as pessoas que vão trabalhar junto com as pessoas com deficiência, para que elas possam receber

essa pessoa de uma forma que ela dê continuidade ao seu trabalho. Foi assim que nós fizemos ali no nosso gabinete, quando contratamos uma pessoa com Síndrome de *Down*: trouxemos a família para dentro do gabinete, junto com todos os nossos funcionários, e preparamos os funcionários para receber essa pessoa para que ela pudesse dar continuidade ao seu trabalho. Então, esse é um dos méritos, dentro daquilo que o Deputado Ney Leprevost falou, é prepararmos um ambiente de trabalho para a pessoa com deficiência se sentir acolhida e continuar o seu trabalho. Por isso, peço também a todos os Deputados da Oposição e da Situação que votem favoráveis a este grande Projeto, como foi bem descrito aí pelo nosso querido Deputado Ney Leprevost.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Em votação. Como encaminham a Liderança do Governo e a Liderança da Oposição?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): A Liderança do Governo vota “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Colegas que ainda não votaram, o voto é “*sim*”. Está baixo o quórum.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): *Pela ordem*, Sr. Presidente, enquanto nossos colegas votam, registro dos Vereadores da cidade do Verê Vilmar Lourenço, Adilso Didone, Zequinha Francisco da Silva Boeira. É o registro deste Parlamentar para os três Vereadores.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação:
[Votaram Sim: *Ademar Luiz Traiano, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno,*

Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José e Thiago Buhner (45 Deputados); Não Votaram: Adão Litro, Alexandre Curi, Ana Julia, Batatinha, Goura, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Reichembach e Tercílio Turini (9 Deputados).] Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 566/2023.**

ITEM 7 – 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 130/2025, de autoria do Deputado Hussein Bakri, que altera a Lei Estadual n.º 21.926, de 11 de abril de 2024, que consolida a legislação paranaense relativa aos Direitos da Mulher, criando o Código Estadual da Mulher Paranaense. Parecer favorável da CCJ, Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e Comissão de Segurança Pública. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, esse é o Projeto que mencionei da tribuna, que peço coautoria das mulheres e de quem mais quiser, será um prazer. O Projeto é importante, o voto é "*sim*".

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota "*sim*".

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Senhor Presidente, a Bancada Feminina pede voto "*sim*" também.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando. Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno,

*Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José e Thiago Buhner (44 Deputados); **Não Votaram:** Adão Litro, Alexandre Curi, Ana Julia, Batatinha, Goura, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Reichembach, Renato Freitas e Tercílio Turini (10 Deputados).]* Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 130/2025.**

Os Itens 8, 9 e 10 faremos votação agrupada, por tratarem de matérias correlatas.

ITEM 8 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 42/2025, de autoria do Deputado Alexandre Amaro, que concede o título de utilidade pública à Associação Telemacoborbense para Inclusão, Trabalho e União de Deficientes. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 9 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 51/2025, de autoria do Deputado Gilson de Souza, que concede o título de utilidade pública à Associação Projeto de Futebol Formação de Atletas RCS, com sede no município de Colombo. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 10 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 52/2025, de autoria do Deputado Goura, que altera a Lei n.º 20.710, de 23 de setembro de 2021, que concede o título de utilidade pública à Associação Desportiva Padre Carlos, com sede no município de Ponta Grossa. Parecer favorável da CCJ.

Em discussão os Projetos. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham a Liderança do Governo e a Liderança da Oposição?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Governo "sim".

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota "sim".

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): *Pela ordem, Sr. Presidente.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem, Deputado Jacovós.*

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Enquanto os Deputados votam, lembrar aos integrantes da Comissão de Ética da Assembleia Legislativa, que marcamos uma sessão amanhã a partir das 11 horas, mas os Deputados, em razão de um evento que vai ter no Palácio às 10h30, pediram para eu adiar para 11h30. Então, está mantida a reunião do Conselho de Ética amanhã às 11h30 na Sala de Comissões. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação:
[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José e Thiago Buhner (43 Deputados); Não Votaram: Adão Litro, Alexandre Curi, Ana Julia, Batatinha, Goura, Gugu Bueno, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Reichembach, Renato Freitas e Tercílio Turini (11 Deputados).]
Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 52/2025.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 986/2025, da Deputada Mabel Canto, requerendo informações ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística do Paraná, Sr. Sandro Alex Cruz de Oliveira, conforme específica. **Conforme acordo do Líder do Governo com a autora, será encaminhado como expediente.**

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 972/2025, do Deputado Alexandre Curi, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa ao Sr. Jorge Konder Bornhausen, em reconhecimento à sua notável trajetória pública e às suas relevantes contribuições à política nacional; **Requerimento n.º 973/2025**, do Deputado Alexandre Amaro, solicitando o registro e o envio de menção honrosa ao Sr. Rogério Camargo Leite, em reconhecimento à sua dedicação exemplar ao Jiu-Jitsu; **Requerimento n.º 974/2025**, do Deputado Soldado Adriano José, solicitando o registro e o envio de menção honrosa para as Sr.^{as} Ana Paula Wolf, Mariana Boiko Malisak e o Sr. Vinicius Lima de França, pela excelência demonstrada durante sua missão humanitária no Rio Grande do Sul, onde sua atuação exemplar foi crucial para fortalecer as operações de socorro e resgate; **Requerimento n.º 975/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado das Cidades, Sr. Luiz Augusto Silva, encaminhando o Ofício 89/2025, oriundo da Prefeitura Municipal de Colombo, que visa à liberação de recursos do município; **Requerimento n.º 976/2025**, do Deputado Hussein Bakri, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa para a equipe do Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária do 27.º Batalhão da Polícia Militar de União da Vitória, pela comemoração dos seus 17 anos no dia 19 de março; **Requerimento n.º 977/2025**, do Deputado Paulo Gomes, solicitando o envio de menção honrosa ao Dr. Paulo Maximilian, Professor de Direito do Consumidor da EMERJ – Escola da Magistratura do Rio de Janeiro/PR; **Requerimento n.º 978/2025**, do Deputado

Luiz Fernando Guerra, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento da Sr.^a Celene Maria Salvador Krupinski, ocorrido no dia 24 de abril, em Matelândia; **Requerimento n.º 979/2025**, do Deputado Thiago Bühner, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Dário José Costa, conhecido como “Dentinho”; **Requerimento n.º 980/2025**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de votos de louvor e congratulações com menção honrosa ao Diretor-Presidente da Associação dos Funcionários do Instituto Emater, Sr. Rogério da Silva Almeida, pela eleição para a gestão 2022/2028 extensivo Diretoria Estadual, Conselho Fiscal e Coordenação dos Núcleos; e ao Presidente da Gestão 202/2025, Sr. Leonel Schier e ao Fundador e 1.º Presidente, Professor Carlos Augusto Petersen Parchen; **Requerimento n.º 981/2025**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL) e ao II.^{mo} Diretor-Geral do DER/PR, requerendo providências urgentes para a retomada e conclusão das obras de alagamento das pontes sobre o Rio Centenário e o Córrego Alto, localizadas na PR-534, entre os municípios de Centenário do Sul e Miraselva; **Requerimento n.º 982/2025**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, solicitando o envio de votos de louvor e congratulações com menção honrosa apara a atleta Yanny de Mattos Coutinho, pela conquista do título de campeã dos 3 mil metros na fase regional dos Jogos Escolares do Paraná - JEPS/2025, representado o Distrito de Cavaco, município de Cantagalo; **Requerimentos n.ºs 983 a 985/2025**, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de votos de congratulações com menção honrosa: aos dignos policiais civis relacionados, pela brilhante reeleição para comporem a Diretoria do Sindicato das Classes Policiais Civis do Estado do Paraná - Sindapol; à Companhia de Choque do 5.º BPM; e aos valorosos policiais relacionado, pelos brilhantes serviços prestados no combate e enfrentamento ao crime organizado e na proteção à população paranaense; **Requerimento n.º 995/2025**, do Deputado Batatinha, solicitando o envio de expediente ao Diretor-Presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná – AGEPAR, requerendo gestões administrativas em relação ao atendimento de pessoas com deficiência no transporte intermunicipal realizado pela empresa

PGTUR; **Requerimento n.º 996/2025**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, encaminhando solicitação da Câmara Municipal de Cambé, acerca da necessidade de implantação de transposição viária que conecte o bairro de Jardim União à PR-445; **Requerimento n.º 997/2025**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística – SEIL, Sr. Sandro Alex Cruz de Oliveira e ao Diretor-Presidente do DER/PR, Sr. Fernando Furiatti Sabóia, requerendo atualização sobre a adoção de providências administrativas, técnicas e operacionais para viabilizar a pavimentação do trecho de 32 Km da PR-535, que interliga os municípios de Cândido de Abreu e Rio Branco do Ivaí; **Requerimento n.º 998/2025**, da Deputada Luciana Rafagnin, requerendo o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa à União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Paraná (UNICAFES/PR), que no ano de 2025 celebra 20 anos de fundação.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 993/2025**, dos Deputados Tercílio Turini e Maria Victória, requerendo a inclusão do Deputado Tercílio Turini como coautor do Projeto de Lei n.º 405/2021, de autoria dos Deputados Do Carmo, Boca Aberta Júnior e Maria Victória; **Requerimento n.º 994/2025**, dos Deputados Goura, Gugu Bueno e Arilson Chiorato, requerendo a inclusão do Deputado Gugu Bueno como coautor do Projeto de Lei n.º 111/2022.

Justificativas de ausências.

Deferidos conforme o art. 97, § 4.º, do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 987/2025**, do Deputado Ricardo Arruda, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 6 de maio de 2025; **Requerimento n.º 988/2025**, do Deputado Paulo Gomes, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 7 de maio de 2025; **Requerimento n.º 990/2025**, do Deputado

Ney Leprevost, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 7 de maio de 2025; **Requerimento n.º 991/2025**, do Deputado Cobra Repórter, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 7 de maio de 2025.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, VI do Regimento Interno (em decorrência de impedimento de locomoção no trajeto até a sede do Poder Legislativo ou ao local onde ocorrer a sessão plenária, ocasionando por caso fortuito ou força maior devidamente comprovados): **Requerimento n.º 989/2025**, do Deputado Marcelo Rangel, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 7 de maio de 2025.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, IV do Regimento Interno (Deputado que, por indicação do Presidente estiver representando a Assembleia): **Requerimento n.º 992/2025**, do Deputado Batatinha, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 12 de maio de 2025.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão Ordinária, marcando duas outras para amanhã, dia 13, em horário regimental, com as seguintes **Ordens do Dia: 1.ª Sessão Ordinária** - Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 42/2025, 51/2025, 52/2025 e 247/2025, 2.º Turno do Projeto de Lei Complementar n.º 4/2025 e dos Projetos de Lei n.ºs 566/2023 e 130/2025, 1.º Turno do Projeto de Lei Complementar n.º 3/2025 e Turno Único dos Projetos de Lei n.ºs 96/2024, 162/2024 e 697/2024; **e Sessão Ordinária de quarta-feira, antecipada para terça-feira** - Redação Final do Projeto de Lei Complementar n.º 4/2025 e dos Projetos de Lei n.ºs 566/2023, 96/2024, 162/2024 e 697/2024, 2.º Turno do Projeto de Lei Complementar n.º 3/2025, 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 199/2024 e Turno Único dos Projetos de Lei n.ºs 703/2024, 786/2024 e 91/2025.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h26, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)